

Luís Antônio Ferreira De Jorge

Economista - Aluno Especial vinculado ao Mestrado na área de Desenvolvimento Rural –
PGDR/Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Endereço: Rua Octávio de Souza, 785 - Teresópolis. Porto Alegre, RS CEP:90840-350

Telefone(s): (51) 30237906

Endereço Eletrônico: luis.afj@click21.com.br

Área Temática: Estudos Urbanos

**ESTABILIDADE, CONSUMO E RENDA: IMPACTOS DO REAL NA
REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE (1995 A 2004)**

RESUMO

O advento do Plano Real, como alternativa para promover a estabilização econômica no Brasil impôs, transcorridos mais de dez anos de sua implantação, significativas transformações no comportamento dos agentes econômicos. Entre estas, pode-se destacar as variáveis renda e consumo. Este artigo, baseado em um dos capítulos da monografia de graduação do autor, busca demonstrar que a “suposta estabilização econômica” não foi capaz de ser melhor o poder de compra de uma significativa parcela de consumidores, que popularmente é classificada como “classe média”. Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar alguns dos impactos sobre o emprego e a renda na Região Metropolitana de Porto Alegre, com ênfase no poder de compra frente ao mercado de produtos e serviços. Em outras palavras: Como se comportou o poder de compra no período de 1995 a 2004?

Palavras-Chaves: Classe Média, Consumo, Renda.

INTRODUÇÃO

Em vários momentos, questionamos nossa condição de consumidores diante do mercado de produtos que fazem parte de nossa vida e buscamos uma razão para explicar nossa impossibilidade de consumi-los. Nas reuniões entre amigos, no trabalho ou no lazer, um dos comentários muito freqüentes, sobretudo nos últimos anos, é do tipo “meu salário não dá para nada”, ou ainda, “você viu o preço disto ou daquilo?”.

Numa reflexão mais consciente, observamos que, ao longo últimos anos, algumas questões relativas à condição sócio-econômica vêm se alterando e modificando nossas opções

de consumo e a pergunta que surge é: o que realmente está acontecendo? Este é o sentido da condução do presente trabalho, no qual buscamos entender o processo, a partir das transformações ocorridas no modelo de crescimento e desenvolvimento econômico adotado em 1994, quando o Brasil passou a atravessar uma nova experiência de “estabilização econômica”, com o início do Plano Real.

A análise que será apresentada a seguir observou o comportamento dos preços e salários na Região Metropolitana de Porto Alegre, durante dez anos de Plano Real, ou mais precisamente, o período compreendido entre 1995 e 2004. Buscou-se estabelecer uma comparação entre os comportamentos dessas variáveis de maneira muito próxima à realidade, uma vez que as principais fontes o Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas - IEPE e a Fundação de Economia e Estatística – FEE, além do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

A principal questão desta análise é o impacto do plano de estabilização sobre a renda de uma significativa fatia de consumidores, reconhecidos como integrantes da “classe média”, no período de 1995 a 2004, e suas conseqüências. A partir dos resultados dessas observações, serão tecidas algumas considerações sobre os resultados apurados e suas implicações.

Especificamente, demonstraremos que a suposta estabilidade econômica não foi suficientemente apreendida pelos diversos atores econômicos, a ponto de promover uma melhoria geral do bem-estar social. Ao contrário do que se poderia pensar, a estabilização implicou no empobrecimento de boa parcela da população economicamente ativa, sobretudo a partir da segunda metade do período sob análise, quando houve o aprofundamento de alguns fundamentos econômicos.

O presente trabalho, além da introdução e das considerações finais, está dividido em duas seções. A primeira trata de alguns efeitos da estabilização e a segunda apresenta uma simulação de renda e consumo, a partir de pesquisas de preços e indicadores de inflação.

1 O SIGNIFICADO DA ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA

Antes de dar início a análise do novo panorama político e econômico vigente deste a implantação do Plano Real, faz-se necessário estabelecer alguns aspectos da metodologia adotada para tanto, traduzida pelos dados apresentados a seguir.

1.1 O SIGNIFICADO DA ESTABILIZAÇÃO: METODOLOGIA

Os números relativos à população e às faixas de renda têm origem na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo IBGE e na Pesquisa de Emprego e

Desemprego para a Região Metropolitana de Porto Alegre, realizada pela Fundação de Economia e Estatística. Outros aspectos não apontados aqui serão tratados oportunamente, na medida em que se fizerem relevantes.

As estatísticas citadas não compreendem, uniformemente, todo o período do Real em razão das disponibilidades de dados oferecidos pelos institutos de pesquisa, o que inviabilizou uma análise linear nos diversos aspectos abordados.

Para fins de demonstração numérica de alguns dos efeitos da estabilização econômica sobre a renda, consideramos como “membros” da classe média os indivíduos que detém renda mínima maior que o limite de isenção do imposto de renda da pessoa física¹. Segundo os critérios do IBGE, que também serviram de base para a pesquisa realizada pelo professor Waldir Quadros, da Unicamp. Este limite estaria situado entre 3 (três) e 5 (cinco) salários mínimos, tomando os valores vigentes em 2004. Para a definição do limite superior foi tomado também o resultado da pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD), a qual apurou que os 10% mais ricos da população percebem renda superior a 20 (vinte) salários-mínimos.

Mesmo reconhecendo que a renda não é a única variável relevante para definição da classe média, sobretudo, quando consideramos as premissas de Wright Mills, adotaremos essa variável para análise frente a outros indicadores.

Sobre a variação de preços, serão utilizados os seguintes indicadores:

- Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo IBGE, cuja abrangência compreende renda familiar entre 1 (hum) e 8 (oito) salários-mínimos, é decorrente de trabalho assalariado e a família reside em região urbana, sendo que a coleta de dados ocorre entre os dias 01 e 30 de cada mês;

- Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pelo Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IEPE), cuja população alvo tem renda entre 1 (hum) e 21 (vinte e um) salários-mínimos e é residente na Região Metropolitana de Porto Alegre, cuja periodicidade de coleta de dados é igual aos indicadores já citados.

1.2 O SIGNIFICADO DA ESTABILIZAÇÃO: UMA ANÁLISE GERAL

A partir de 1994, com a implantação do Plano Real o país passou a viver uma situação nova. O fim da inflação, da “ciranda financeira” e do imposto inflacionário, trouxe à luz a necessidade crescente de eliminar-se déficits, não somente o público, mas também o privado,

incluindo o das famílias. Os governos, pouco a pouco, viram-se forçados a ajustar seus orçamentos, adequando, na medida do possível as despesas às receitas. Da mesma forma, as empresas e famílias enfrentaram processo semelhante, sobretudo a partir da segunda etapa do Real (janeiro de 1999), quando o governo aprofundou sua forma de atuação e controle sobre a inflação. Uma das formas de controle foi a contração da demanda, alcançada a partir da elevação direta ou indireta de tributos e tarifas públicas e da elevação das taxas de juros. Como exemplos disto podemos citar a elevação da alíquota de alguns impostos, o “congelamento” de bases de cálculo e incidência do imposto (conforme o que ocorreu com o Imposto de Renda da Pessoa Física - IRPF). Neste caso particular, as parcelas dedutíveis e limites inferiores de faixa de tributação ficaram por longo período sem qualquer atualização (apesar da inflação), o que levou ao aumento progressivo da parcela de rendimentos tributáveis e da própria base de incidência do imposto (aumento da quantidade de contribuintes). Ainda sobre impostos, no período compreendido entre os anos de 1995 e 2004, a carga tributária total em relação ao PIB variou de 29,74% para 35,91%. O imposto de renda em relação ao PIB apresentou tendência idêntica, variando de 4,82% para 6,24%, no mesmo período. Uma análise simplificada dos impostos estaduais e municipais aponta comportamento semelhante. A participação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) em relação ao PIB, variaram de 7,31% para 7,83% e de 0,43% para 0,51%, respectivamente, no mesmo período. Observando-se o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), que poderia ser enquadrado como tipicamente (predominantemente) de classe média, o comportamento em relação ao PIB demonstrou uma variação de 0,38% para 0,50%, no período compreendido entre 1995 e 2004. Sobre o IPVA, cabe ainda registrar a participação desse imposto em relação ao PIB de 1994 foi de apenas 0,13%.

O processo de controle da inflação e de ajuste fiscal, indiretamente, promoveu alterações nos diversos segmentos da economia. Segundo a Fundação de Economia e Estatística, houve mudança no perfil da população economicamente ativa da região metropolitana de Porto Alegre no período compreendido entre 1995 e 2004, no que se refere aos ramos de atividade produtiva.

Na tabela 1.2.1, observa-se no período em questão, uma redução do percentual de mão-de-obra ocupada nos diversos grupos de atividades, excetuando-se o comércio, pois apesar das oscilações alcançou em 2004 um percentual de ocupação de mão-de-obra pouco acima do

¹ Por simplificação adotamos o valor de R\$1.000,00 (hum mil reais), que é uma aproximação da média dos limites de isenção do período compreendido entre 1995 e 2004.

nível registrado no ano de 1995. A grande exceção ficou por conta do ramo de serviços, que registrou um crescimento não muito acentuado, mas contínuo em todo o período.

Tabela 1.2.1 Distribuição média anual dos ocupados, por setor de atividade econômica, na RMPA - 1995/2004 (em %)

Ano	Total	Indústria de Transformação	Comércio	Serviços	Construção Civil	Serviços Domésticos	Outros (1)
1995	100	22,12	16,87	47,16	6,24	7,03	0,58
1996	100	21,20	16,72	48,13	6,12	7,35	0,48
1997	100	19,91	16,86	49,42	6,14	7,15	0,51
1998	100	18,96	16,93	49,66	6,40	7,59	0,45
1999	100	18,97	16,81	50,27	5,80	7,68	0,46
2000	100	19,73	16,05	50,75	5,41	7,55	0,51
2001	100	19,83	16,28	51,02	5,33	7,16	0,39
2002	100	18,93	16,14	52,18	5,24	7,22	0,29
2003	100	18,18	16,35	52,34	5,52	7,14	0,47
2004	100	18,70	16,96	51,64	5,47	6,83	0,41

Fonte: PED-RMPA – Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Nota: (1) Engloba: Agricultura, Pecuária, Extração Vegetal e outras atividades não-classificadas.

Médias calculadas pelo autor

Tomando-se os dados da PNAD referente ao período 2001-2003, apresentados na tabela 1.2.2, observa-se uma significativa contração no número de pessoas ocupadas durante o referido triênio nas classes de renda entre 3 e 5 salários mínimos ou mais. A mesma tabela nos permite visualizar que o fenômeno registrado na região metropolitana de Porto Alegre acompanhou a tendência do país. Os dados apresentados nessa tabela ainda sugerem uma movimentação entre os níveis de renda, uma vez que a quantidade total de indivíduos economicamente ativos no período não deixou de crescer. Mesmo diante da evidência de uma melhora na renda disponível das camadas com rendimento mensal mais baixo (até 3 salários mínimos), não podemos deixar de registrar o decréscimo do número de indivíduos com renda mais elevada (acima de 5 salários mínimos), cuja tendência foi claramente declinante no período sob análise, tanto no nível Brasil quanto na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Tabela 1.2.2 - Pessoas ocupadas - Valor do rendimento médio mensal, situação e classes de rendimento mensal

Classes de rendimento mensal	Brasil e Região Metropolitana X Ano					
	Brasil			Porto Alegre		
	2001	2002	2003	2001	2002	2003
Total	83.337.939	87.751.077	90.682.225	2.145.915	2.149.415	2.240.404
Até 1/2 salário mínimo	6.858.237	9.351.998	11.111.404	64.306	99.552	100.225
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	19.133.064	21.194.053	21.817.764	271.459	281.839	311.327
Mais de 1 a 2 salários mínimos	23.074.840	24.191.360	24.446.810	592.678	665.527	646.852
Mais de 2 a 3 salários mínimos	11.436.214	11.463.656	12.292.430	385.994	365.433	414.637
Mais de 3 a 5 salários mínimos	10.264.747	9.770.793	10.180.623	364.455	323.366	364.000
Mais de 5 a 10 salários mínimos	7.608.968	7.296.496	6.538.098	267.953	242.626	241.859
Mais de 10 a 20 salários mínimos	3.409.122	3.012.060	2.956.272	130.441	112.628	110.677
Mais de 20 salários mínimos	1.552.747	1.470.661	1.338.824	68.629	58.444	50.827

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Nota:

- 1) Para Brasil: exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.
- 2) Para Região Norte: exclusive a população da área rural de todas as Unidades da Federação componentes (exceto Tocantins).
- 3) Para a variável **rendimento mensal**: Exclusive as pessoas sem declaração do valor do rendimento.

A Tabela 1.2.3 nos apresenta o comportamento dos rendimentos médios da população economicamente ativa da Região Metropolitana de Porto Alegre, no período compreendido entre 1995 e 2004. Os dados nos demonstram que, independentemente da categoria (ocupados ou assalariados), a renda apresentou uma pequena elevação nos primeiros anos do processo de estabilização econômica, mas na seqüência, mostrou-se declinante, inclusive alcançando níveis de renda inferiores aos existentes no ano de 1995. O gráfico 1.2.1 nos permite visualizar esse efeito do quadro de estabilidade econômica sobre os rendimentos no período sob análise.

Tabela 1.2.3 -Rendimento médio real dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal, na RMPA - 1995/2004

Períodos	A - Ocupados (1)	B - Assalariados (2)	Média da A + B	Índice
	Rendimento Médio Real	Rendimento Médio Real	Rendimento Médio Real	de
	Valor absoluto (3)	Valor absoluto (3)	Valor absoluto (3)	Varição
1995	994,42	968,83	981,63	0
1996	1.068,08	1.052,33	1.060,21	1,08005
1997	1.087,17	1.048,42	1.067,80	1,00716
1998	1.067,58	1.049,58	1.058,58	0,99137
1999	1.034,42	1.035,92	1.035,17	0,97789
2000	1.035,50	1.021,83	1.028,67	0,99372
2001	1.001,25	1.011,00	1.006,13	0,97809
2002	990,92	991,25	991,09	0,98505
2003	900,00	917,58	908,79	0,91696
2004	897,25	926,92	912,09	1,00363

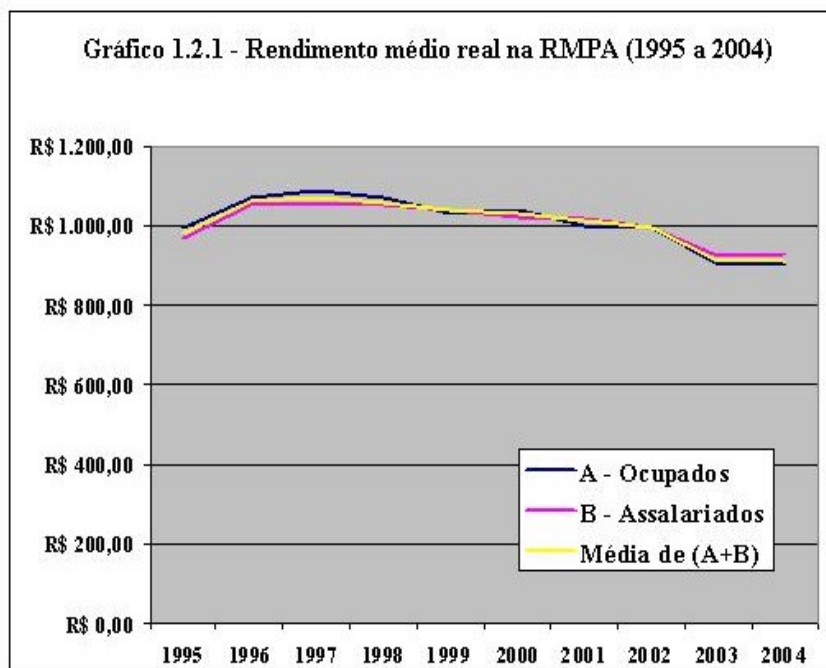
Fonte: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Notas: (1) Exclusive os assalariados e empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

(3) Inflator utilizado: IPC-IEPE. Valores em reais de jul./05.

Médias e índice de variação calculada pelo autor.



Mesmo diante dos efeitos da “estabilidade” sobre a renda e a ocupação, segundo os dados estatísticos do Banco Central do Brasil, a busca pelo crédito pessoal e a utilização dos limites de cheque especial por parte das pessoas físicas cresceram no período compreendido entre 1999 e 2004.

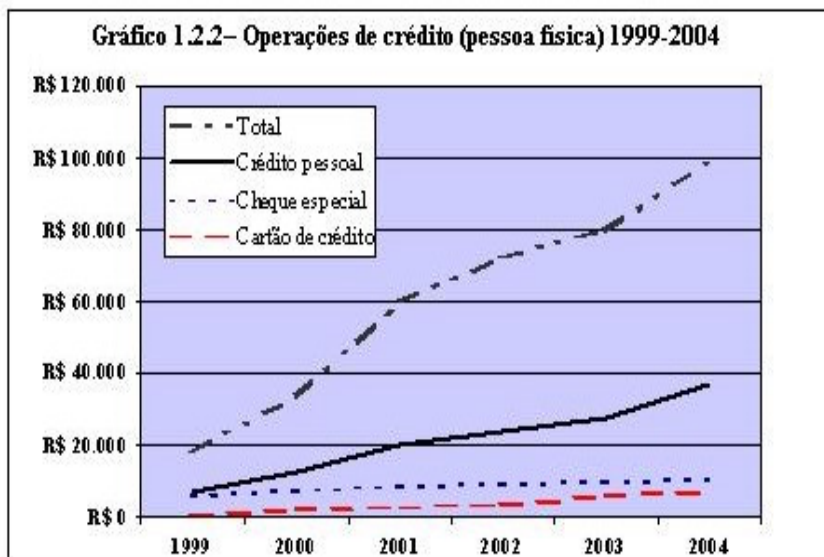
De acordo com a tabela 1.2.4, cujos números estão representados no gráfico 1.2.2, as operações cresceram grandemente no período, sugerindo que tal demanda não é uma consequência relacionada unicamente à maior disponibilidade de crédito, sobretudo se considerarmos os níveis das taxas de juros comparados às taxas de inflação oficial do mesmo período (qualquer que seja o índice). Essa informação, assim como a conjuntura econômica do período, sugere outra causa para esse crescimento. Esse fato não parece ser apenas uma consequência natural da disponibilidade de crédito, mas talvez a necessidade de crédito para financiar os déficits das famílias, sobretudo aquelas de classe média, cuja renda relativa, na melhor das hipóteses, manteve-se estável (o que se constitui numa exceção).

Pessoa física				R\$ milhões
Mês	Cheque especial	Crédito pessoal	Cartão de crédito (2)	Total
1999	5.447	6.569		17.782
2000	6.456	12.165	1.565	33.555
2001	8.445	20.206	2.149	59.739
2002	9.063	24.264	3.498	72.170
2003	9.563	27.187	5.384	79.812
2004	10.287	36.675	6.742	98.568

Fonte: Banco central do Brasil

Notas: (1) Saldo em fim de período (valores nominais)
Médias anuais calculadas pelo autor

(2) Disponível apenas a partir de maio de 2000



O que se verifica a partir da análise das tabelas 1.2.3 e 1.2.4, assim como dos gráficos 1.2.1 e 1.2.2, a princípio, é o crescimento do crédito pessoal, sugerindo uma questão: porque o crédito estaria sendo facilitado quando, em tese, a possibilidade de pagamento é reduzida?

Qualquer que seja a resposta, o fato é que o acesso facilitado ao crédito não foi capaz de reduzir alguns impactos sobre os níveis de consumo, conforme demonstrou a Pesquisa Anual do Comércio (PAC) 2003, cujos resultados foram divulgados em outubro de 2005, compreendendo os diversos seguimentos do comércio varejista e atacadista no período de 2003 (comparado a 1996). Tal pesquisa apresentou uma significativa contração nos níveis de empregos e salários na maioria dos ramos do comércio varejista.

2 UMA SIMULAÇÃO

Esta seção será destinada a um exercício de simulação da situação enfrentada por uma família de classe média, no transcorrer do período de janeiro de 1995 até dezembro de 2004. Para tanto, vamos configurar da nossa família hipotética, definindo seus níveis de renda e consumo, assim como outros indicadores serão utilizados na presente análise.

2.1 PRESSUPOSTOS BÁSICOS PARA A ANÁLISE

- A família composta por quatro pessoas (dois adultos e dois filhos em idade escolar).
- A renda familiar é equivalente a 20 salários mínimos, percebida unicamente pelo pai, que é o limite da renda considerada de classe média.
- As variações da renda serão observadas sob três indicadores:

- c.1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, também apurado pelo IBGE, e:
- c.2) Índice de Preços ao Consumidor IPC, apurado pelo Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – IEPE, na Região Metropolitana de Porto Alegre.
- d) O consumo de subsistência compreenderá o equivalente a um “cesto básico”, cuja apuração de preços e variações é acompanhada mensalmente pelo Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - IEPE.
- e) A família dispõe de um veículo (popular), que é utilizado para deslocamento da família para o trabalho e escola.
- f) Os filhos estudam em escola particular, pois os pais acreditam na necessidade de investimento em capital humano como forma de adquirir uma condição sócio-econômica, no mínimo, igual ou superior àquela vivenciada pela família.
- g) A despesa mensal da família, durante o período sob análise, não será acrescida de qualquer outro item de consumo.
- h) Os consumos de energia elétrica, água (e esgoto) foram arbitrados, considerando um consumo compatível com a família-modelo.
- i) A tarifa de telefone corresponde à assinatura básica mensal de telefonia fixa e para nossa simulação foram adotados os valores mensais nominais da Brasil Telecom (extinta C.R.T.), que é a única operadora que atuou em todo o período sob análise.
- j) A família reside em imóvel alugado.
- l) As refeições são feitas na residência.
- m) As despesas não integrantes do “cesta básico” terão como base de preços a média apurada pelo IEPE para os respectivos meses.
- n) As variações de preços apresentadas nas análises anuais também correspondem àquelas apuradas pelo IEPE, através do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), para o período compreendido entre janeiro de 1995 e dezembro de 2004.
- o) Em função do IEPE não dispor dos preços médios dos seguros saúde (planos de saúde) para o período de janeiro de 1995 a abril de 1998, tomamos o valor referente a maio de 1998 e utilizamos como deflator o índice geral do IPC/IEPE para cada mês de referência. Procedimento semelhante foi adotado para os aluguéis e condomínios.

- p) Na simulação não foram computadas as despesas com Imposto Predial e Territorial Urbano, Importo sobre Propriedade de Veículos Automotores, vestuário e lazer, por exemplo, mas também não foram incluídas as receitas relativas ao 13º salário ou gratificações de férias, por exemplo.
- q) Quando o índice utilizado para reajustamento do salário for negativo, será considerado igual a 0 (ex.: IPC/IEPE para o ano de 1998), respeitando o princípio da irredutibilidade dos salários.

2.2 DADOS PARA ANÁLISE

Para iniciarmos a demonstração numérica e gráfica das variações de renda e despesa da família-modelo, foi estabelecida uma cesta de consumo de classe média, assim como arbitrado o nível inicial da renda, conforme descreveremos abaixo.

a) Consumo mensal:

- a.1) Um cesto básico, medido pelo IPC/IEPE;
- a.2) Aluguel (valor médio IPC/IEPE), conforme letra “o” da seção anterior;
- a.3) Condomínio (valor médio IPC/IEPE), conforme letra “o” da seção anterior;
- a.4) Água (20m³/mês);
- a.5) Luz (250Kw/mês);
- a.6) Telefone fixo (assinatura mensal), conforme letra “i” da seção anterior;
- a.7) Combustível (100 litros/mês);
- a.8) Escola particular para 2 filhos (valor médio IPC/IEPE);
- a.9) Seguro saúde (valor médio IPC/IEPE), conforme letra “o” da seção anterior;
- a.10) Impostos: IRPF e Previdência Social (11% do salário percebido no mês de referência);
- a.11) Faxineira (1 vez por semana + 2 passagens urbanas)

b) Receita mensal:

- b.1) A renda mensal familiar inicial é de 20 (vinte) salários mínimos, que em janeiro de 1995 correspondia a R\$1.400,00 (mil e quatrocentos reais);
- b.2) O quadro de evolução do salário mínimo está apresentado na tabela abaixo;

Mês/Ano – Vigência	Valor
Janeiro de 1995	R\$70,00
Maio de 1995	R\$100,00
Maio de 1996	R\$115,00
Junho de 1996	R\$112,00
Maio de 1997	R\$120,00
Maio de 1998	R\$130,00
Maio de 1999	R\$136,00
Abril de 2000	R\$151,00
Abril de 2001	R\$180,00
Abril de 2002	R\$200,00
Abril de 2003	R\$240,00
Maio de 2004	R\$260,00

b.3) O quadro da despesa mensal inicial está apresentado na tabela abaixo;

Receita bruta em número de salários mínimos	(20 salários mínimos)	R\$ 1.400,00
210-INSS	Contribuição 11%	154,00
IRPF	15%	R\$ 85,40
Receita líquida (1)		R\$ 1.160,61
Consumo mensal	Quantidades	Valores
Cesto básico	1 cesto	R\$ 278,93
139-Gasolina Comum	100 litros	R\$ 50,00
205-Água (+ taxa de esgoto)	20 m ³	R\$ 30,40
207-Ônibus Urbano	4 tarifas (faxineira)	R\$ 2,96
211-Luz	250 kw/h	R\$ 40,88
212-Telefone	Assinatura	R\$ 1,10
213-Aluguel	Casa/Apto.	R\$ 195,20
268-Condomínio	mensalidade	R\$ 38,81
217-Matrícula e Mensalidade Escolar	2 mensalidades	R\$ 119,56
220-Faxineira	4 diárias	R\$ 33,20
279-Seguro Médico	mensalidade	R\$ 201,59
	Despesa mensal total (2)	R\$ 992,63
	Saldo Mensal (1) - (2)	R\$ 167,98

Definido nosso ponto de partida, passaremos a apresentar o comportamento do orçamento familiar da família-modelo, sob as diversas condições de recomposição da renda familiar, ou seja, supondo que a renda familiar, ao início de cada ano, foi recomposta a partir dos dois índices apontados na seção 1.1, ou seja, INPC/IBGE e IPC/IEPE. Assim, iremos observar a evolução dos preços e da renda familiar no período compreendido entre janeiro de 1995 e dezembro de 2004, de acordo com nossos pressupostos para configuração da família-modelo.

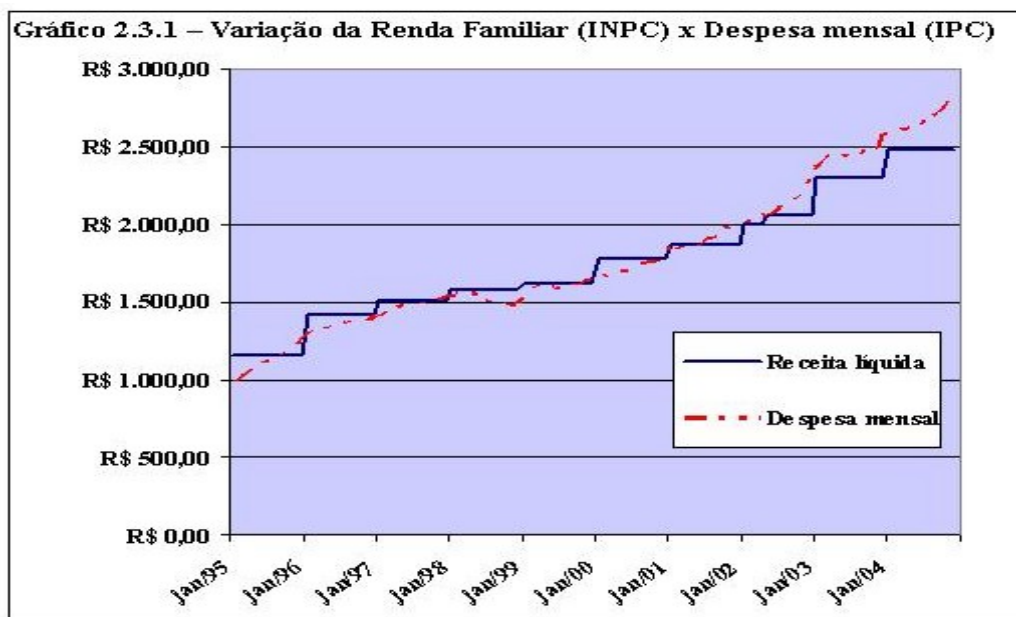
2.3 AS VARIAÇÕES A PARTIR DOS RESPECTIVOS INDICADORES

Como a análise compreende a Região Metropolitana de Porto Alegre, os preços e variações tiveram como referência o IPC/IEPE, que é a melhor aproximação do comportamento dos preços para este estudo. Quanto à renda, foi analisada observando-se uma recomposição hipotética sob três indicadores: INPC/IBGE e IPC/IEPE.

Neste sentido, é conveniente lembrar que a família-modelo tem renda inicial (em janeiro de 1995) equivalente a 20 (vinte salários-mínimos), ou seja, R\$1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais) e que os itens de consumo, no que se refere às quantidades demandadas não variaram no período. A variação ocorreu apenas no nível dos preços. Lembramos ainda que a cesta de consumo não incluiu itens importantes, como vestuário, lazer e outras que efetivamente fazem parte da despesa mensal da maioria das famílias.

O primeiro indicador a ser observado é o INPC, o qual analisa a variação dos preços para famílias com renda decorrente de trabalho assalariado e que está compreendida na faixa que varia entre 1 (hum) e 8 (oito) salários-mínimos.

A partir do gráfico 2.3.1, pode-se observar que a renda, comparada à cesta de consumo da nossa família-modelo, iniciou um processo de deterioração no ano de 2001, agravado a partir de julho daquele ano, quando a renda mensal não foi capaz de acompanhar a evolução dos preços da cesta de consumo familiar.



O segundo indicador apresentado é o IPC/IEPE, que analisa a variação de preços na Região Metropolitana de Porto Alegre, para famílias com renda decorrente de qualquer atividade profissional e cuja faixa salarial está compreendida entre 1 (hum) e 21 (vinte e um) salários-mínimos.

O que se pode observar a partir do gráfico 2.3.2, apresentado abaixo, em nada difere dos comportamentos verificados no final do período. Contudo, este indicador postergou o déficit familiar. A renda familiar, comparada à cesta de consumo, deteriora-se definitivamente somente em março de 2003. Neste sentido, cabe lembrar que em meados de 2003 há uma aceleração na quantidade de concessões de empréstimos pessoais, conforme se observou no

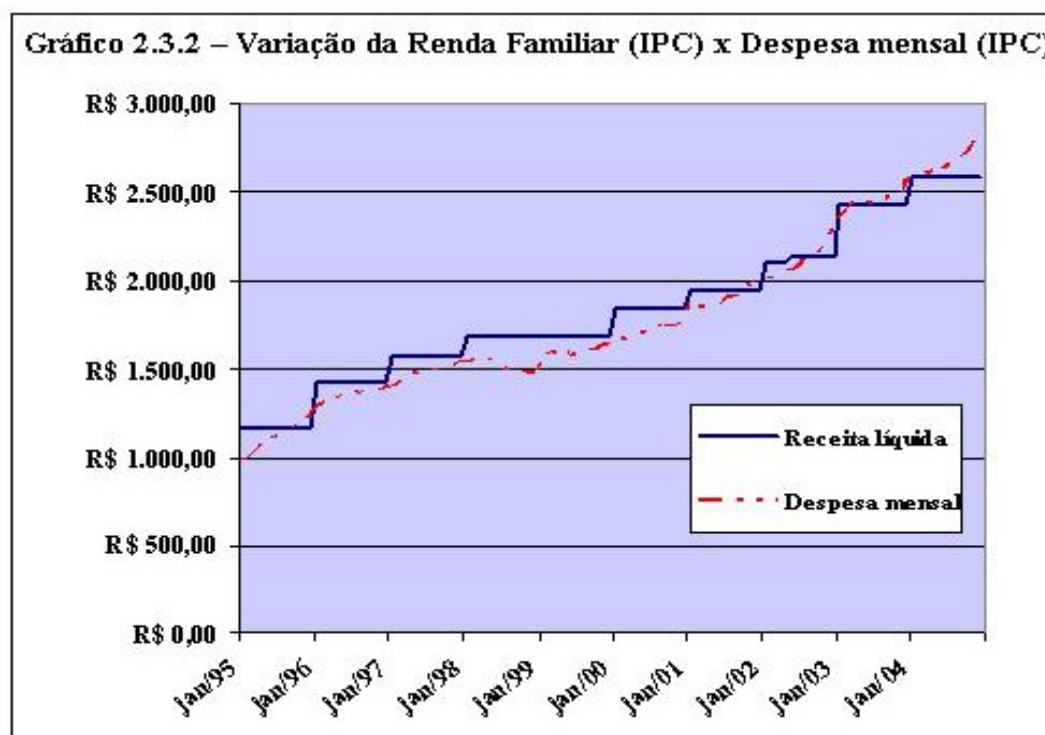
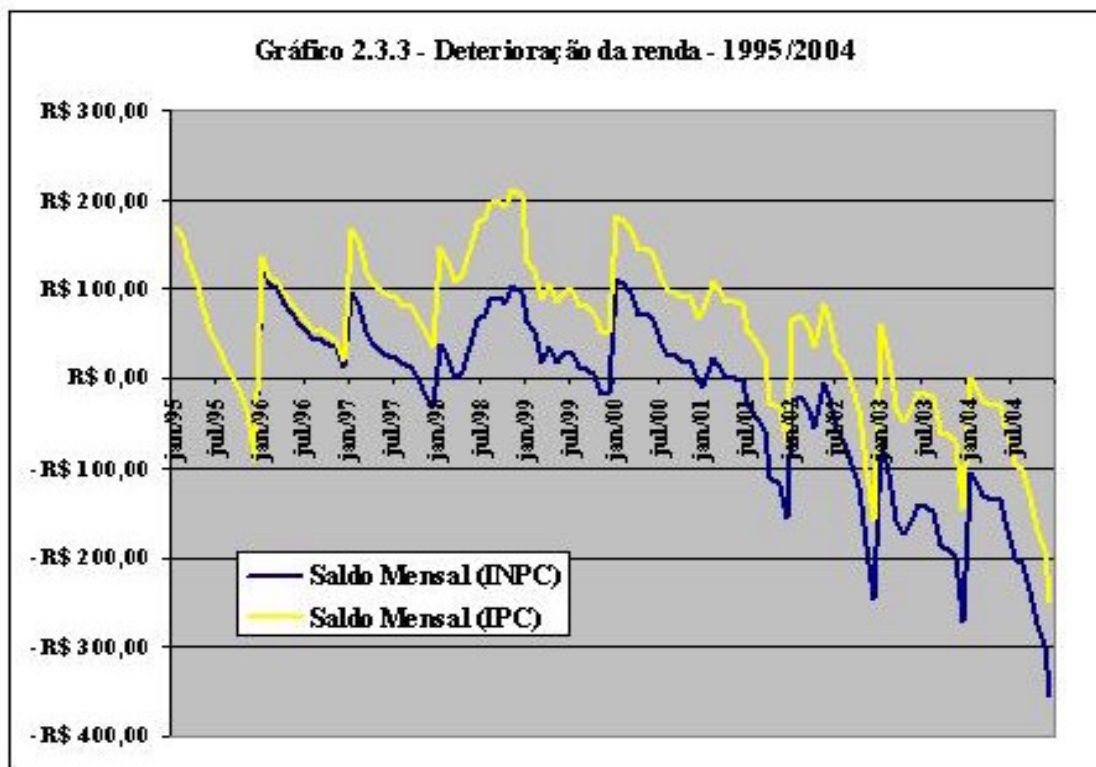


gráfico 1.2.2.

Em verdade, as observações do professor Waldir Quadros² ao analisar o primeiro ano do governo Lula, não indicavam outra proposta de governo, mas a continuidade do processo iniciado alguns anos antes. Tal questão merece atenção urgente e a busca de alternativas para reverter essa tendência ao empobrecimento da população, especialmente o da classe média, uma vez que a deterioração do poder de compra se reflete diretamente sobre a economia com um todo, seja no mercado de trabalho, nos preços ou na própria opção de investimento.

Uma demonstração do processo de deterioração do poder de compra pode ser observada através do gráfico 2.3.3, apresentado abaixo, construído a partir da apuração da despesa mensal da família-modelo. Seguindo a proposta de atualização da renda através dos diversos índices de preços e da atualização da cesta de consumo, calculou-se um saldo mensal para todo o período sob análise. Esse saldo foi obtido subtraindo-se da renda mensal a respectiva



despesa, originando a dimensão da poupança ou do déficit familiar.

² Professor do Instituto de Economia da Unicamp e está concluindo um estudo sobre o “encolhimento da classe média brasileira nos últimos vinte anos”, conforme noticiou o Correio Popular – Cidades, edição de 13/11/2004. Este assunto também foi apresentado no jornal Estadão, na edição de 12/11/2004.

Como se vê, o decréscimo da renda frente à cesta de consumo é indiscutível, qualquer que seja o índice de recomposição salarial que se tenha usado. O resultado que apresenta menor impacto foi observado a partir da recomposição da renda pelo índice de preços ao consumidor do IEPE. Ainda sobre o gráfico anterior, é oportuno lembrar que os saldos positivos não representam poupança, uma vez que nossa simulação não incorporou despesas com vestuário, lazer e etc.. Assim, os saldos positivos ocorreram em função dos pressupostos da simulação.

Isto sugere que a inflação “real” no período para este padrão de consumo, foi superior ao apurado pelos institutos de pesquisa. Segundo o IBGE, visto que a inflação acumulada para o período do Real, ou seja, desde julho de 1994 e incluindo o ano de 2005 (parcialmente), foi apurada como sendo de 196,28% (pelo INPC). Para Porto Alegre, este índice registrou inflação de 190,59%. Nossa simulação demonstrou que a inflação sobre a cesta consumo da família-modelo foi substancialmente superior. Considerando a variação da cesta de consumo hipotética e suas variações medidas pelo índice de preços ao consumidor apurado pelo IEPE na região metropolitana, registrou-se um percentual acumulado de 285,56%, somente no período de janeiro de 1995 a dezembro de 2004. Ainda sobre a inflação, o IEPE apurou que, desde o início do Plano Real até dezembro de 2004, o percentual acumulado registrou 200,89%, que também é inferior àquele apurado através da cesta de consumo da família-modelo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agora, apresentaremos algumas reflexões e questionamentos que tiveram origem neste estudo e que concluem este trabalho.

Passados mais de dez anos de sua implantação, se pode observar que boa parte das reformas requeridas pelo plano ainda não foram alcançadas. Igualmente, frente ao quadro geral cotidiano, passamos a analisar, mesmo que de forma parcial, os impactos desse plano econômico sobre a classe média da Região Metropolitana de Porto Alegre. Para tanto, vimos algumas características funcionais, de rendimentos, níveis de emprego/desemprego e consumo dessa classe trabalhadora e chegamos à conclusão de que há certa dificuldade em caracterizá-la a partir da abordagem do aspecto renda. Neste sentido, abordamos alguns indicadores nacionais, de modo a contextualizar a região como parte de um panorama

macroeconômico. Entre os dados apresentados, se destacaram a taxa de desemprego, crescente no período, a redução da renda média real, que em 2004 atingiu níveis inferiores aos registrados no ano de 1995, assim como a elevação dos níveis de preços, sobretudo aqueles relativos aos serviços públicos.

Para fins de demonstração, arbitramos uma faixa de renda e passamos a observar o comportamento do indicador renda sobre o consumo dessa classe, ou melhor, dos trabalhadores que tem rendimentos situados entre a faixa estabelecida.

Com o auxílio dos dados coletados e disponibilizados pelo IEPE, assim como por outros centros de pesquisa, como o IBGE, partimos para uma simulação do comportamento da renda frente aos preços, no período compreendido entre janeiro de 1995 e dezembro de 2004.

Os resultados dessa simulação não foram nada animadores. O que se observou, a partir da atualização da renda familiar e da cesta de consumo da família-modelo, foi uma fragrante deterioração do poder de compra a partir de meados de 2001. O mais preocupante é o fato de que, em nossa simulação, a renda foi atualizada pela inflação passada, ao final de cada ano, o que em verdade não aconteceu com nenhuma categoria profissional deste país, salvo raríssimas exceções. Além disso, nossa simulação não incorporou importantes itens de consumo, tais como vestuário e lazer.

Sob a luz dessa deterioração restou, entre outras coisas, uma possível justificativa para o aumento da procura por empréstimos pessoais, sobretudo a partir de 2001, mesmo diante da elevada taxa de juros. Isto porque as famílias, diante dos déficits orçamentários, provavelmente recorreram aos agentes financeiros para cobrir as insuficiências da renda, o que contribuiu para a elevação do volume de operações de crédito. Conforme se constatou, o montante das operações cresceu, em média, de R\$ 12.165 milhões, em 2000, para R\$ 20.206 milhões, em 2001, lembrando que esse volume atingiu a marca de R\$ 36.675 milhões, em 2004, conforme demonstrado na tabela 1.2.4 e no gráfico 1.2.2, da seção anterior.

Deste modo, resta-nos destacar que o quadro é muito pior do que o verificado através da simulação, sobretudo se considerarmos que os efeitos da queda no poder aquisitivo da classe média repercutem sobre a demanda e o investimento agregados.

Pode-se inferir que, em função dos níveis atuais de desemprego, da queda real dos salários médios e da franca elevação dos preços, as famílias ainda estão se adaptando à nova realidade econômica, têm principalmente reduzido o nível de consumo e, por conseqüência, a demanda agregada.

Sobre investimentos, ao persistir o quadro que vem sendo mantido ao longo dos últimos anos, onde a taxa de juros (alta) é o principal e talvez único instrumento para atrair capitais autônomos ao país, não é de se esperar que haja investimento na produção de bens e serviços, em volume capaz de restabelecer os níveis de renda e emprego anteriores à implantação do Plano Real, ao menos no curto prazo.

Este trabalho também apontou a necessidade do aprofundamento dos estudos acerca do impacto dessas transformações sobre o emprego, a renda e as próprias atuações das iniciativas públicas e privadas no processo produtivo, principalmente aquele voltado ao mercado interno, cujo objetivo não é a obtenção de superávits comerciais ou a atração de capitais autônomos para “investimentos” (especulações) de curto prazo.

O presente trabalho não conseguiu apresentar respostas, e tampouco teve este objetivo, mas conduz a muitas perguntas. Não há de se discutir os efeitos positivos do plano para as camadas menos favorecidas da população (entenda-se como aquelas com renda igual ou inferior ao salário-mínimo). Entretanto, as camadas com rendimentos maiores do que o piso salarial sofreram os efeitos da assimetria entre preços e salários. Tal fato levou ao “empobrecimento” boa parte da população economicamente ativa, conforme bem salientou Waldir Quadros³. Se considerarmos que a política econômica adotada pelo Real elevou a dívida pública e promoveu o empobrecimento de parte da população, quem efetivamente logrou êxito com o quadro de aparente “estabilidade” econômica? Qual será, efetivamente, o custo social dessa estabilidade? Partindo dos pressupostos dos novos modelos tecnológicos e de gestão, os níveis de emprego serão restabelecidos aos patamares anteriores ou, ao menos, mantidos nos atuais níveis? Quais as perspectivas perante o cenário atual?

Esta é apenas uma pequena parte das perguntas que poderiam ser feitas frente às observações decorrentes da análise dos dados aqui apresentados, mas é certo que algo deverá ser feito para minimizar os danos causados aos principais agentes econômicos, ou seja, ao povo, que trabalha e paga tributos, enquanto ainda pode.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de Paiva et alii. **A ordem do progresso: cem anos de política econômica**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

BENECKE, Dieter e NASCIMENTO, Renata. **O Consenso de Washington revisado**. In: Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, vol. IV, n. 2, p. 13-32, 2003.

³ Detalhes da matéria publicada no jornal Estado de São Paulo podem ser vistos através do site <http://www.estadao.com.br/economia/noticias/2004/nov/12/27.htm>.

- CARDOSO JR., José C. **Estrutura setorial-ocupacional do emprego no Brasil e evolução do perfil distributivo nos anos 90**. Texto para discussão n. 743, Rio de Janeiro: IPEA, 1999.
- DE JORGE, Luís Antônio Ferreira. **Formação do mercado interno brasileiro**. In Visão Econômica. Porto Alegre, n. 1, p. 119-129, 2003.
- DEDECCA, Cláudio S. **A Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios - PNAD: Síntese Metodológica**. In: Revista Brasileira de População, vol. 15, n. 2, Brasília, 1998.
- _____. **Crescer sem mercado interno forte e sem uma distribuição de renda menos concentrada será um verdadeiro milagre**. In: Revista Desafios, n. 76. São Paulo: 2004.
- DELFIN NETO, A. **O Plano Real e a armadilha do crescimento econômico**. In: MERCADANTE, A. (org.), (1997).
- DIEESE. **A Situação do Trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001.
- FILGUEIRAS, Luiz A. M. **A história do plano real**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- GIAMBIAGI, Fábio et alii. **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- GREMAUD, Amaury P., VASCONCELLOS, Marco A. S., TONETO JR., Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 1999.
- GREMAUD, Amaury P. et alii. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1997.
- IBGE. Síntese de Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, 2001.
- MATTOSO, J. **O Brasil Desempregado, como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.
- MILLS, C. Wrigth. **A nova classe média (white collars)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- MUNDIM, Pedro. **A pirâmide e o sanduíche**. Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.pedromundim.net/PiraSanduiche.htm>. Acesso em 21/10/2005.
- NERI, M.; CAMARGO, J. M. e REIS, M. C. **Mercado de Trabalho nos anos 90: Fatos estilizados e Interpretações**. Texto para discussão n. 743, Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- PATARRA, Neide Lopes. **Movimentos migratórios no Brasil: tempos e espaços**. Texto para discussão n. 7, Rio de Janeiro: IBGE, 2003.
- PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- POCHMANN, M. **A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 2001.
- QUADROS, W. J. **A nova classe média brasileira: 1950-1980**. Dissertação de Mestrado, Campinas: IE/UNICAMP, 1985 (mimeo).
- _____. **O Milagre brasileiro e a expansão da nova classe média**. Tese de Doutorado, Campinas: IE/UNICAMP, 1991 (mimeo).

_____. **A reestruturação das empresas e o emprego de classe média.** In BARBOSA DE OLIVEIRA, C.A. e MATTOSO, J.E.L. (org.).

_____ e ANTUNES, Davi J.N. **Classes sociais e distribuição de renda no Brasil dos anos noventa.** Campinas: IE/UNICAMP, Cadernos do CESIT, no. 30, outubro de 2001.

SANTOS, José Alcides F. **Estrutura de posições de classe no Brasil.** Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002.

SOUZA, Nali J. **Desenvolvimento econômico.** São Paulo: Atlas, 1997.

TAVARES, Maria da Conceição. **A economia política do Real.** In: MERCADANTE, A. (org.), 1997.

TAVARES, Rita. **Classe média encolheu no 1º ano do governo Lula.** O estado de São Paulo. São Paulo, 12/11/2004. Disponível em <http://www.estadao.com.br/economia/noticias/2004/nov/12/27.htm>. Acesso em 13/01/2005.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.